

José Eduardo Ferreira Dantas¹, Beatriz Domingos Silva², Josefa Yolanda Vitorio Costa³ e Renaildo Lima dos Santos⁴

Professor(a) Orientador(a): Jarbas Ribeiro de Oliveira⁵

Resumo:

Este trabalho tem o objetivo de relatar, segundo a perspectiva de discentes do curso de Enfermagem, a abordagem da temática “saúde da população LGBTQIA+” ao longo da sua graduação. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, acerca do processo de ensino-aprendizagem do tema “saúde da população LGBTQIA+” no curso de enfermagem de uma universidade no interior de Alagoas. A falta de oferta de informações específicas acerca da atenção à saúde da população LGBTQIA+ foi o principal empecilho percebido para a formação. As publicações que versam sobre a saúde dessa população ainda são escassas e tendem a reproduzir estigmas e preconceitos. É necessário que haja mudanças na formação dos profissionais enfermeiros para que eles cheguem aos serviços de saúde preparados para orientar os usuários acerca de temas como sexualidades que fujam da cis/heteronormatividade, colaborando para o cumprimento dos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: Política Pública de Saúde; Ensino em Enfermagem; Formação.

Introdução:

A Lei 8080, de 19 de setembro de 1990, versa acerca do regulamento do Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o território nacional. Dentre outras coisas, a lei determina a universalidade de acesso, a integralidade e igualdade (equidade) da assistência como princípios do SUS. Nesse contexto, a integralidade é entendida como “conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema”, enquanto a igualdade é definida como o atendimento “sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie” (BRASIL, 1990, s/p). De maneira complementar, o código de ética dos profissionais em enfermagem determina que esses trabalhadores exerçam sua profissão sem preconceitos, respeitando a dignidade e os direitos humanos de seus pacientes, prestando a sua assistência de maneira integral (COFEN, 2007).

Santana et al. (2020), apontam que o despreparo dos profissionais de saúde para lidar com pacientes LGBTQIA+, desconhecendo as especificidades da saúde dessa população e deslegitimando suas singularidades. Para Albuquerque et al. (2013, p. 518), o despreparo pode se manifestar de diversas formas, como, por exemplo: “atendimento discriminatório

¹ Discente do Curso de Bacharelado em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas, jose.dantas@arapiraca.ufal.br.

² Enfermeira, ICEPi - Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde, beatriz.domingos@arapiraca.ufal.br.

³ Discente do Curso de Bacharelado em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas, vitoriojosefa@gmail.com.

⁴ Discente do Curso de Bacharelado em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas, renaildo.santos@arapiraca.ufal.br.

⁵ Enfermeiro. Professor Doutor, Universidade Federal de Alagoas-Campus Arapiraca, jarbas.oliveira@arapiraca.ufal.br.

por parte dos profissionais nas unidades, condutas inadequadas, constrangimentos, conotações preconceituosas ou mesmo ofensas verbais proferidas pelos profissionais”, colaborando com o distanciamento dos pacientes desses serviços.

Em uma pesquisa conduzida por Silva et al. (2016), que estuda o nível de conhecimento de enfermeiros da Estratégia Saúde na Família (ESF) acerca da diversidade sexual, foi possível concluir que os enfermeiros detinham muito pouco ou nenhum conhecimento acerca do significado de diversidade sexual, limitando o seu significado a descrição de orientação sexual e sexo biológico, ignorando os aspectos socio-psicoculturais que são inerentes ao tema.

Diante disso, a análise do modo como os conteúdos pertinentes à saúde da população LGBTQIA+ vem sendo ofertadas ao decorrer da graduação em enfermagem se apresenta como um algo relevante, justificando assim a execução desse trabalho que possui como objetivo relatar, segundo a perspectiva de discentes do curso de Enfermagem, a abordagem da temática “saúde da população LGBTQIA+” ao longo da sua graduação.

Metodologia:

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, acerca do processo de ensino-aprendizagem do tema “saúde da população LGBTQIA+” no curso de enfermagem de uma universidade pública do interior de Alagoas. A instituição em questão, realizou alterações no projeto pedagógico do curso de enfermagem recentemente, no ano de 2018, tornando o curso baseado nas metodologias ativas de ensino. Para prevenir possíveis vieses que poderiam surgir com essa mudança, em meio aos autores, há indivíduos que cursaram a matriz curricular antiga e os que cursam a nova matriz. Desse modo, a análise aqui discutida ocorreu entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023, cerca de 4 anos após a implementação da nova grade curricular, compreendendo o período de formação da última turma que cursou a antiga grade curricular.

De modo a contextualizar e possibilitar uma discussão das experiências vividas, os autores buscaram nas bases de dados “Google Scholar”, “Web of Science” e “MEDLINE” os termos “Pessoas LGBTQIA+”, “Saúde” e “Universidade”, selecionados a partir do Descritores em Ciências da Saúde (DeCS).

Resultados e Discussão:

A enfermagem, profissão cujo maior contingente de trabalhadores pertence ao gênero feminino, é cercada por preconceitos sociais, de sexualidade e gênero. Tais preconceitos podem ser sofridos ou cometidos por profissionais e estudantes da área, tornando-se visíveis desde a graduação. O ensino cis/heteronormativo e os estigmas dos papéis sociais podem prejudicar a qualidade do atendimento oferecido à população LGBTQIA+. Todo esse processo de reprodução de preconceitos se inicia pela socialização do indivíduo e pode se intensificar ou se restringir segundo os processos de ensino-aprendizagem durante a graduação.

De modo geral, o curso possui módulos dentro do eixo da saúde coletiva que se propõe a debater os aspectos sociais da saúde da população LGBTQIA+ enquanto minoria. Entretanto, em uma análise conduzida por Bezerra et al. (2019) foi perceptível que os estudos voltados para essa população na área saúde coletiva permanecem inexpressivos, apesar de todos os avanços nos direitos dessa comunidade. Ainda segundo o autor, a produção científica continua limitada e estigmatizante, insistindo em estudar a relação entre LGBTQIA + e a infecção pelo HIV e o desenvolvimento da Aids, por exemplo. Esse processo é prejudicial, pois reflete diretamente na forma como o ensino é posto durante a graduação, pois este ocorre baseado na literatura disponível.

Para além do aspecto social, as publicações que abordam o aspecto biológico do ser humano também se apresentaram como fontes de reprodução de discursos preconceituosos e estigmatizantes, de forma a trazer questionamentos sobre a sua contribuição real para a formação. A Organização Mundial da Saúde (OMS) foi responsável por reforçar o estigma que relaciona Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) a comunidade LGBTQIA+ ao associar os hábitos sexuais de homens homossexuais à transmissão da Monkeypox, recomendando o celibato e a redução de parcerias homossexuais e bissexuais, como forma de diminuir a transmissão da doença, sem citar as relações heterossexuais, que também contribuem para a disseminação da doença (WHO, 2022).

Em nível nacional, mesmo com tantos avanços tecnológicos e científicos, que provam que não somente homens que fazem sexo com homens (HSH) são capazes de transmitir ISTs, o preconceito se perdura até nos dias atuais em que, até mesmo para a doação de sangue, essa população considerada minoria, sofre restrições e é impedida de realizar um ato que só ajudará a sociedade, doar sangue. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), ao declarar que homens que fazem sexo com homens que tiverem

realizado ato sexual será necessário esperar no mínimo 12 meses para doação de sangue, mostra como alguns preconceitos acabam sendo reproduzidos, já que não há fundamentação epidemiológica que justifique a proibição (ALVES et al., 2018). Com isso, pode-se perceber que a problemática da estigmatização está para além do curso, apesar de se refletir nele, mas inserida em toda a estrutura social, e dos serviços de saúde, sendo reproduzida até mesmo pelo órgão maior que a regulamenta, mas que também sofrerá impactos positivos caso os futuros profissionais formados sejam críticos quando essas regulamentações.

Numa análise a partir da conjuntura a qual está posta para o curso e segundo Da Silva et al. (2022), mulheres lésbicas e bissexuais universitárias não possuem educação em saúde voltada para o sexo não falocêntrico, de modo que acabam por ter relações desprotegidas com uma maior frequência, colocando a sua saúde em risco por falta de informação adequada. De forma semelhante, o assunto não é abordado na graduação e o tema segue sendo um tabu mesmo no ambiente acadêmico. Assim, considerando que não há informações suficientes sobre a temática, as atividades de educação em saúde sobre sexualidade e prevenção de ISTs conduzidas pelos discentes, sob a supervisão dos docentes que ministram as disciplinas acerca da saúde da mulher, não abordam a população feminina LGBTQIA+, contribuindo para a perpetuação de estigmas e o afastamento dessas mulheres dos serviços de saúde.

Nesse sentido, podemos exemplificar a problemática apontando o planejamento inadequado que ocasiona a ausência da oferta de ações que promovam a realização de exames citopatológicos do colo do útero para homens trans e a ausência da oferta do exame de toque retal para mulheres trans. Esse planejamento inadequado pode ocasionar o surgimento de situações vexatórias ao convidar pacientes trans para momentos planejados para o seu sexo biológico e não a sua identidade de gênero, agrupando pessoas com útero ou próstatas e falhando em agrupar homens e mulheres. O exemplo toma, como base, o binarismo de modo a facilitar a explicação, mas os autores reconhecem que as pessoas trans podem se identificar com uma miríade de gêneros que estão entre o masculino e o feminino.

É durante a puberdade que a sexualidade dos indivíduos desperta, sendo esse um período crítico para o seu desenvolvimento biopsicossocial. O curso de enfermagem possui disciplinas voltadas para o cuidado nesse momento da vida, entretanto o cuidado é voltado para o desenvolvimento sexual heteronormativo e desconsidera que alguns indivíduos podem vir a se desenvolver como LGBTQIA+, demandando cuidados específicos. Santana et al.

(2020) aponta que a promoção de saúde e prevenção de agravos relacionados à sexualidade de adolescentes não-héteros é insuficiente ou nula, fazendo com que eles busquem informações em fontes não confiáveis, colaborando para a prática insensata de sua sexualidade.

É na adolescência que os indivíduos começam a questionar seus gêneros e seus papéis na sociedade, de modo que surge a necessidade de um atendimento profissional para orientá-lo, entretanto, o atendimento a pessoas trans e travestis não é abordado, como deveria, na academia. Considerando as particularidades e demandas dessa população, além dos preconceitos historicamente construídos, a falta de disciplinas que abordem o assunto pode contribuir para erros e estigmas durante o atendimento, tais como desrespeito a nomes sociais, falta de preparo da equipe no acolhimento, dificuldades de acesso e na assistência, dentre outras coisas (LUCENA et al., 2022).

A enfermagem é uma área que abrange o cuidado ao paciente num aspecto biopsicossocial, desse modo, é necessário que durante a graduação os ensinamentos construídos coletivamente estejam para além das políticas públicas e que as particularidades dessa população sejam abordadas, contribuindo para a prevenção da reprodução de atitudes lgbtfóbicas dentro dos serviços de saúde.

A partir da vivência ao longo da graduação, os discentes tiveram contato com a saúde da população LGBTQIA+ em seu aspecto social, enquanto no aspecto biológico as publicações propostas como referência no projeto pedagógico do curso permanecem com o ensino cis/heteronormativo como um “padrão” para a sua escrita, desconsiderando a existência de corpos, gêneros e sexualidade múltiplas, colaborando com o não cumprimento do princípio da integralidade proposto pelo SUS.

Assim, urge a necessidade de mudança, com o objetivo de promover a formação de profissionais enfermeiros que sejam capazes de oferecer um atendimento universal, integral e igualitário (equânime), tal como versa a lei orgânica da saúde e a Constituição.

Conclusões:

Assim, a partir de alguns exemplos vividos, é notável que o despreparo para lidar com essa pluralidade de pessoas vem desde a graduação e vai de encontro aos princípios de universalidade, integralidade e igualdade (equidade) do SUS. Urge, portanto, que mudanças

de base sejam realizadas, a fim de melhorar a assistência prestada nas instituições de saúde do país.

Referências

- ALBUQUERQUE, G. A. et al. Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. **Saúde em Debate**, [s. l.], v. 37, n. 98, p. 516–524, 2013.
- ALVES, S. M. C.; REY FILHO, M. Prudência ou preconceito? o impedimento da doação de sangue por homens que fazem sexo com homens. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, [S.L.], v. 7, n. 2, p. 262-265, 2018.
- BEZERRA, M. V. da R. et al. Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe8, p. 305-323, 2019.
- BRASIL. **Lei 8080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 1990.
- Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). **Resolução COFEN 311/2007**. Aprova a Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Rio de Janeiro: COFEN, 2007.
- DA SILVA, N. R. et al. A heteronormatividade e a saúde de mulheres bissexuais e lésbicas universitárias. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 10, n. 3, p. 501-514, 2022. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/42529/ve_Sandra_Alves_etal.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 13 dez. 2022
- LUCENA, M. M. et al. Serviços de atendimento integral à saúde de transexuais e travestis no Sistema Único de Saúde: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 17, n. 44, p. 2964-2964, 2022. Disponível em: [https://doi.org/10.5712/rbmfc17\(44\)2964](https://doi.org/10.5712/rbmfc17(44)2964). Acesso em: 16 jan. 2023
- SANTANA, A. D. da S. et al. Dificuldades no acesso aos serviços de saúde por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. [1-12], 2020.
- SILVA, G. W. dos S. et al. Diversidade sexual e homofobia; o conhecimento de enfermeiros da estratégia saúde da família. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 3725–3739, 2016. Disponível em: <http://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/3942>. Acesso em: 11 dez. 2022.
- World Health Organization (WHO). **Monkeypox: public health advice for gay, bisexual and other men who have sex with men**. 2022. Disponível em: [Monkeypox: public health advice for gay, bisexual and other men who have sex with men](#). Acesso em: 18 jan. 2023.